

28/01/2012

PPA 2012-2015 diminui número de programas orçamentários

Dyelle
Do Contas Abertas

Menezes

A partir deste ano, até pelo menos 2015, a União contará com 109 programas orçamentários, sendo que 65 são caracterizados como temáticos e 44 de gestão, manutenção e serviços ao estado. O número atual significa menos da metade das 298 rubricas que compunham o orçamento do ano passado. A mudança consta no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, aprovado pela presidente Dilma Rousseff na última quinta-feira (19). Não integram o PPA os 11 programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Veja os programas em [2011](#) e [2012](#)

Segundo nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamento do Congresso Nacional, numa análise apressada, pode-se concluir um “enxugamento” do PPA. Porém, foram criados mais dois níveis de agregação da despesa: os objetivos e as iniciativas. No plano proposto, haverá 493 objetivos e 2.503 iniciativas orçamentárias e não orçamentárias (as orçamentárias totalizam 1.224). “Portanto, apesar da redução do número de programas e da exclusão das ações orçamentárias, não é possível concluir que o planejamento plurianual apresenta-se mais ‘enxuto’”, explica a nota.



O fato é que diversos programas foram reagrupados e alocados em “guarda-chuvas” maiores, ou seja, rubricas que eram separadas agora integram o mesmo título. É o caso, por exemplo, dos programas “Prevenção e Preparação para Desastres” e “Resposta aos Desastres e Reconstrução” que passam a fazer parte da rubrica “Gestão de Risco e Resposta a Desastres”, a qual pretende realizar o monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Nesse caso, especificamente, a nova caracterização das iniciativas de combate às chuvas atende a reclamação do Ministério da Integração (MI). A Pasta, apesar de ter até o fim de 2011 um programa com o nome sugestivo de “Prevenção e Preparação para Desastre”, não considerava os seus recursos o melhor parâmetro para avaliar a distribuição de verbas para prevenção de desastres naturais, porque, segundo o órgão, a maior parte das ações estava ligada ao orçamento do Ministério das Cidades.

A nova composição dos recursos do recém implantado programa de “Gestão de Risco e Resposta a Desastres” confirma o argumento da Integração. Do total de R\$ 2,1 bilhões previstos para o programa este ano, o Ministério das Cidades ficou com a parcela de R\$ 1,3 bilhão, enquanto a Integração Nacional é responsável por R\$ 701,8 milhões. Além das duas Pastas, os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (R\$ 100,3 milhões), Minas e Energia (R\$ 8,7 milhões) e Meio Ambiente (R\$ 200 mil), coordenam as ações propostas para a rubrica, que também visa promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca.

Enquanto na visão de uns o novo arranjo dos programas foi positivo, para outros a mudança foi desfavorável. Todas as ações da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, por exemplo, foram reagrupadas em apenas dois programas. Um deles conta com todas as ações “burocráticas”, que visam a própria administração da Pasta (orçamento de R\$ 12,7 milhões) e outro é voltados para as

políticas em prol da mulher, denominado “Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia” (R\$ 94,4 milhões).

Para Gilda Cabral, membro do Conselho Deliberativo do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), a atual caracterização dos programas da Pasta dificulta, por exemplo, o monitoramento pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). “Dificultaram o controle social e externo. No PPA encontramos planos e metas definidas, mas, alterada a funcional programática, fica difícil de fiscalizar”, explica.

A nova estrutura também modificou os nomes orçamentários de alguns programas. O título fantasia “Minha Casa, Minha Vida”, antes denominado “Operações Especiais: Outros Encargos Sociais”, agora responde pelo nome de “Moradia Digna”. Outra mudança aconteceu no programa “Mobilidade Urbana”, do Ministério das Cidades, que ganhou o acréscimo de “e Trânsito” na denominação.

Algumas ausências também foram notadas. Não constam na lista de programas, por exemplo, o “Segundo Tempo”, rubrica do Ministério do Esporte que ficou conhecida pelas denúncias e irregularidades, e o “Livro Aberto”, coordenado pelo Ministério da Cultura, entre outros.

Valores

Enquanto a estrutura e denominação dos programas foram alteradas, o valor total previsto para executar as rubricas permaneceu semelhante, apesar de ter sofrido aumento em relação ao ano passado. Cerca de R\$ 2,3 trilhões estão dotados para atender aos programas em 2012. No ano passado, a previsão era que R\$ 2 trilhões fossem utilizados. ([veja matéria](#))

Outros problemas

Ainda segundo a nota técnica divulgada pela Consultoria de Orçamento do Congresso, no PPA 2012-2015, os dispositivos que tratavam da gestão do monitoramento e avaliação do Plano foram reduzidos em comparação com o PPA 2008-2011. “Isso não significa, obviamente, que o governo não manterá instrumentos de avaliação. Mas é temerária a redução da incidência normativa do PPA. [...] principalmente quando se observa que a avaliação é um ponto extremamente sensível no aperfeiçoamento do planejamento governamental”.

Outra observação feita pelo estudo é que o cronograma de execução financeira do PPA que começa a valer a partir deste ano, diferentemente do que ocorria anteriormente, explicita apenas os valores de 2012, agrupando os montantes correspondentes aos anos de 2013 a 2015. “Essa forma de apresentação inviabiliza a avaliação temporal dos gastos do Plano e comparação entre valores programados e aqueles efetivamente alocados no orçamento.

Os especialistas afirmaram ainda que não foram definidas metas claras, ou seja, apesar de serem apresentados indicadores que podem ser monitorados, o governo não se compromete com a quantificação e efetividade das ações. “Por vezes, não fica clara a relação entre as metas e os indicadores dos programas”, explica a nota.

Fonte: Contas abertas